

-----**ATA N.º 9/2012**-----

-----Aos 02 dias do mês de maio de 2012, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente, José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores:-----

-----João Manuel Duarte;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Francisco Gomes Monteiro.-----

-----A reunião foi secretariada pela Técnica Superior Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada pela Assistente Técnica Sónia Cristina Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

----- O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento de que o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro, não pode comparecer à presente reunião por se encontrar em representação do município, falta que a Câmara deliberou aceitar, considerando-a justificada.

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 4/4/2012**-----

-----Foi presente a ata n.º 7, da reunião ordinária do Executivo de 4/4/2012, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por unanimidade. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16/4/2012**-----

-----Foi presente a ata n.º 8, da reunião ordinária do Executivo de 16/4/2012, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por unanimidade. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** deu conhecimento do seguinte expediente: -----

-----Email da Comissão de Utentes Contra as Portagens, informando que esta comissão pretende levar a efeito um protesto no próximo dia 9 de Maio, no Porto, durante Cimeira Luso/Espanhola; -----

-----Email da ANMP sobre a Portaria n.º 106/2012, de 18 de Abril, relativamente ao financiamento da avaliação geral de prédios urbanos; -----

-----Email da Câmara Municipal de Torres Vedras que, remete em anexo, ofício enviado ao Senhor Ministro das Finanças relativo à Portaria n.º 106/2012, de 18 de Abril; -----

-----Email da ANMP, relativamente ao cumprimento do art.º 48.º, da Lei do Orçamento de Estado para 2012 (Redução de Trabalhadores nas Autarquias Locais); -----

-----Email da ANMP, relativamente à lei de assunção de compromissos e dos pagamentos em atraso (LCPA); -----

-----De seguida, entregou aos Senhores Vereadores, as versões finais do parecer do ROC, relativo às contas de 2011 e a certificação legal de contas, que se anexam à presente ata (**anexo I**).-----

-----Deu ainda conhecimento que Celorico da Beira irá receber uma comitiva dos Oficiais da Marinha, no próximo dia 12 de Maio, em homenagem ao ilustre Sacadura Cabral.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que a água do Bairro de Santa Luzia apresenta uma coloração escura, sendo da opinião que deveriam fazer-se análises e confrontar-se as AdZC com os resultados. A colheita deveria ser efetuada pelos técnicos da Câmara Municipal se possível com a presença dos utentes e ser enviada para um laboratório, como uma evidência formal da falta de qualidade de água, naquele local. ---

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que têm incentivado as pessoas a apresentar reclamações formais e a entregar amostras de água, para depois serem remetidas para a empresa AdZC.-----

-----Solicitou a presença a Senhora Eng.^a Hermínia para prestar esclarecimentos sobre o assunto. -----

-----A **Senhora Engenheira** disse que têm conhecimento do sucedido e que no decorrer de uma queixa apresentada nos serviços, foi enviado um dossier à ERSAR para análise da situação. -----

-----Esclareceu que a coloração da água deve-se ao facto de Santa Luzia ser abastecido pela ETA de Santo António, com água vinda do rio, o que obriga, segundo a empresa a um tratamento mais rigoroso, que provoca uma corrosão das tubagens e que confere coloração castanha à água. -----

-----Disse que as AdZC pretendem fazer algumas obras de melhoramentos na ETA, mas para isso terá que ser desligada, sendo a alternativa o abastecimento pela serra. No entanto, será necessário colocar uma válvula redutora no caudal, para que não aconteçam rebentamentos, uma vez que a pressão é muito alta. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** solicitou que a Senhora Engenheira entregue na próxima reunião de Câmara todo o processo que foi enviado à ERSAR e às AdZC.-----

-----Disse que os técnicos do Departamento de Águas têm que fazer um registo de todos os casos, porque situações idênticas estão a ocorrer também noutros locais. Solicitou que recolham amostras de água em estabelecimentos comerciais e em casa particulares, por amostragem, não só no Bairro de Santa Luzia, mas também noutros pontos da Vila e do Concelho. Depois deverá compilar estes resultados e trazê-los a uma próxima reunião de Câmara.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente** disse que era importante que fosse atestado pelos proprietários dos estabelecimentos ou moradores, que em tal dia, às tantas horas, estiveram presentes os técnicos do município a fazer uma recolha de água. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que apesar de a Engenheira ter assegurado que a água não põe em causa a saúde pública é da opinião que, apresentando parâmetros de qualidade inferiores aos legalmente previstos, caso não se resolva a situação, pelo lado entidade

reguladora, a autarquia poderia ponderar avançar com uma queixa para o Ministério Público. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que a autarquia não tem um controlo das medições nas saídas de transição de alta para baixa dos caudais de água fornecida pelas AdZC, pelo que solicitou que fosse colocado nas ETA's um sistema de controlo. -----

-----Solicitou ainda que, a Engenheira apresentasse a este órgão orçamentos para a colocação de contadores à saída das ETA's, em regime definitivo e devidamente homologados. Disse que poderia equacionar inclusive a leitura por radiofrequência. -----

-----Relativamente à certificação legal de contas, que foi entregue, o Senhor Vereador esclareceu que a reserva que aparecia no *draft*, relativamente ao património foi retirada, porque o revisor atestou tratar-se de um erro informático, tendo a AIRC assumido esse erro. -----

-----Relativamente às imobilizações em curso, o ROC só analisou as obras, Requalificação dos Bairros Santa Eufêmea e Santa Luzia e Gimnodesportivo e essas obras ainda não estão acabadas, daí não poderem passar para imobilizado corpóreo. -----

-----Disse que o Património terá que envidar esforços para identificar os bens não valorizados, que segundo o relatório são em número muito significativo. -----

-----Assim sendo, deverá a Secção de Património propor a este órgão a constituição de uma comissão para avaliar os bens patrimoniais, que constam do sistema de inventário e cadastro patrimonial, sem qualquer valor patrimonial, de forma a situação estar sanada até à próxima auditoria do Revisor. -----

-----Também devem corrigir o imobilizado em curso fazendo a passagem para corpóreo, quando as obras estejam concluídas. -----

-----Relativamente à reserva da constituição de uma provisão da participação financeira da autarquia na EMCEL, disse que compreendia a

posição do ROC, mas também concordava com o evidenciado pelo Dr. Pedro Patrício, consultor da autarquia. Segundo o qual esta é uma questão divergente, no entanto relembra que a autarquia está obrigada a apresentar contas consolidadas, onde são devidamente tratados os valores relativos à participação das empresas em que a mesma detém participação no capital social.-----

-----Disse que a EMCEL tem vindo a melhorar em termos de capitais próprios, bem como na continuidade de apresentação de resultados operacionais positivos. Mencionou que o programa de reequilíbrio da autarquia também irá contemplar a empresa e que irá regularizar muitas destas situações.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que o Dr. Pedro Patrício, relativamente à constituição da provisão escreveu o seguinte: “quanto à questão da provisão, entendo que nos termos da lei a mesma só será de aplicar se a autarquia não tenha, ou não esteja a equacionar, deliberar a cobertura dos prejuízos relativos ao ano em análise, situação a que está obrigada por força da legislação em vigor”. Pelo que, da análise das suas palavras, parece-lhe que está em conformidade com o ROC e que, de facto, deveria ter sido constituída uma provisão, uma vez que, tanto quanto sabe, a autarquia não está a equacionar cobrir os prejuízos da EMCEL, relativos ao ano em análise. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que o parágrafo que foi lido e transcrito é dúbio e subjetivo. Disse que de facto a autarquia poderia ter constituído a provisão, mas teria reflexos indubitavelmente nos resultados, contudo, não consideraram necessário fazê-lo porque a situação financeira da EMCEL irá ser resolvida com o plano de reequilíbrio. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que nas declarações da nova lei dos compromissos, relativas aos pagamentos em atraso, não

consta a assunção do compromisso relativo ao estudo para o reequilíbrio financeiro, pese embora o contrato esteja na plataforma. Questionou onde está refletida a dívida à equipa que está a elaborar o estudo.-----

-----Questionou ainda, sobre o porquê de ter sido alterado, na plataforma, o prazo de execução do ajuste direto, que passou de 90 para 365 dias.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que o compromisso existe com a emissão do registo da dívida.-----

-----Relativamente à alteração do prazo, referiu que desconhece o que foi dito pelo Senhor Vereador. Disse que a entidade contratualizada tem uma capacidade profissional e idoneidade inquestionável.-----

-----Por último, entregou cópia da informação interna n.º 1498, que se anexa à presente ata (**anexo II**), sobre as despesas plurianuais afetas a candidaturas, que não foram incluídas nos montantes da declaração relativa aos compromissos plurianuais a 31/12/2011, remetida à Assembleia Municipal, uma vez que as mesmas ainda não estão contratualizadas na totalidade, mas estão previstas nas GOP's e Orçamento de 2012. -----

-----ORDEM DO DIA-----

-----I - DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS-----

-----ASSUNTO: SINALIZAÇÃO DE PISCINAS-----

-----Requerente: Junta de Freguesia de Maçal do Chão-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN195/2012, datada de 10 de Abril de 2012, com registo interno n.º 1281, informando que analisado o pedido formulado pela Junta de Freguesia de Maçal do Chão e após deslocação ao local, por parte dos serviços técnicos da autarquia, propõem a aprovação de 3 sinais direcionados J3a, nos termos descritos na informação técnica.-----

-----Mais informa que caso a sinalização proposta seja aprovada, deverão ser cumpridas todas as especificações constantes da presente informação. -----

-----**O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de três sinais direcionais J3a, com a indicação de “Piscinas”, na Freguesia de Maçal do Chão, devendo, para o efeito, serem cumpridas todas as especificações técnicas constantes da presente informação interna.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: PASSEIO DE BTT - RESISTÊNCIA 3H BTT VALE DO MONDEGO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi presente para ratificação o despacho do Senhor Presidente da Câmara que deferiu a realização da prova descrita em título. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** alertou para o facto de nestas provas poderem haver acidentes que envolvam os participantes e a autarquia, ao licenciar as provas tem responsabilidades, devendo acautelar que, em caso de acidente os participantes estão cobertos por seguro, pelo que, é da opinião, que deveria ser sempre exigido às entidades organizadoras a apresentação de seguro, aquando do pedido de licenciamento na autarquia. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** concorda com o exposto pelo Senhor Vereador e recomenda que em situações futuras os serviços, aquando do licenciamento, solicitem à entidade organizadora a apresentação de seguro, libertando assim a autarquia de eventuais responsabilidades. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara. -----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Maria dos Santos Pinhanços Cardoso**-----

-----Foi presente requerimento n.º 375, datado de 30/06/2011, em nome de Maria dos Santos Pinhanços Cardoso, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Portelas, freguesia de Linhares da Beira, inscrito sob o artigo matricial n.º 821, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que a edificação existente foi construída antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2011. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que a requerente alude, foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar a petição da requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**II - PS - FEDERAÇÃO DISTRITAL DA GUARDA**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CENTRO CULTURAL - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi presente para ratificação despacho do Senhor Presidente da Câmara, com data de 24 de Abril de 2012, deferindo a cedência do Centro Cultural, para o próximo dia 1 de Maio, para realização da Comissão Política Distrital do Partido Socialista. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara.**-----

-----**III - GABINETE DE AÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: SUBSÍDIO NO ÂMBITO DO REALOJAMENTO DO BAIRRO DE SANTA LUZIA - MARIA AUGUSTA BIGAS CAETANO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Ação Social, com registo interno n.º 1396, datado de 19/4/2012, dando conhecimento e propondo a continuidade da atribuição do subsídio mensal no montante de 175,00€ à requerente, como complemento de uma renda de habitação, decorrente do processo de realojamento do Bairro de Santa Luzia. -----

-----**À semelhança dos anos anteriores, a Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, atribuir um subsídio mensal, no montante de 175,00€, à requerente D. Maria Augusta Bigas Caetano, como complemento de uma renda para habitação, decorrente do processo de realojamento do Bairro de Santa Luzia.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**IV - GABINETE CULTURAL**-----

-----**ASSUNTO: EXIBIÇÃO DO FILME FLORBELA - PEDIDO DE APOIO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Cultural, informando que após contacto com os professores do grupo de português da Escola Sacadura

Cabral, verificaram grande interesse em exhibir no Cinema, o filme Florbela, que retrata a vida de Florbela Espanca. -----

-----Mais informa que após contactos com os produtores do filme verificou-se que existem condições para exhibir o filme, que contará com a presença do realizador Vicente do Ó e da atriz principal Dalila Carmo.-----

-----O dia reservado para a exibição do filme será dia 9 de Maio, sendo o pagamento no valor de 750,00€+IVA.-----

-----Solicita disponibilidade da Câmara para compartilhar com alguma verba o custo dos bilhetes de forma a beneficiar os alunos com carências económicas.-----

-----Informa que fica a cargo desta Câmara 3 refeições para o realizador, técnico e atriz. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente** referiu que atendendo ao carácter pedagógico do filme, bem como ao público-alvo, propôs que o Executivo custeie o valor da exibição do filme “Florbela”, no montante de 750,00€+IVA. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** sugeriu que, uma vez que o filme iria ser visto pelos jovens, que são um ótimo veículo de informação, o Executivo poderia aproveitar e exhibir o filme durante o fim-de-semana para quem o quisesse ver, sendo esta uma forma de realizar alguma receita, desde que seja possível.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente** considerou a proposta pertinente e que iriam apresentar esta sugestão à produtora do filme, desde que compense monetariamente. -----

-----O **Executivo deliberou, por unanimidade, custear a exibição do filme “Florbela”, que irá decorrer no próximo dia 9 de Maio, no Centro Cultural (Cinema), no valor de 750,00€+IVA.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**V - SECÇÃO DE AGRICULTURA, FLORESTAS E ESPAÇOS VERDES** -----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL** -----

-----Foi presente para conhecimento que foi publicada a Resolução n.º 16/2012, da Comissão Nacional de Proteção Civil que aprova a primeira revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Celorico da Beira, o qual entra em vigor no primeiro dia útil seguinte à sua publicação. --

-----**VI – SINTAP** -----

-----**ASSUNTO: ALTERAÇÃO DO REGIME DE MOBILIDADE, SETOR EMPRESARIAL E ESTATUTO DO DIRIGENTE** -----

-----Foi presente, para conhecimento, circular do SINTAP, sobre o assunto em tópico.-----

-----**VII - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE** -----

-----**ASSUNTO: LEI N.º 8/2012** -----

-----Foi presente, para conhecimento, ofício circular n.º 2012/0315, da Comunidade Intermunicipal do Oeste, sobre a Lei n.º 8/2012, de 21/2.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:05h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----